



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO TCE/TO Nº

/2019 – Pleno

1. Processo nº: 13427/2017

1.1. Apenso nº: 13429/2017 (Dispensa de Licitação)

2. Classe de assunto: 9. Procedimento licitatório

2.1. Assunto: 5. Pregão Presencial – Edital nº 005/2017 – registro de preços para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, consistente na varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos, coleta de resíduos domiciliar do Município de Colinas do Tocantins.

3. Responsáveis: Adriano Rabelo da Silva (CPF nº 450.368.101-04), Prefeito; Malvina da Cruz Nascimento (CPF nº 867.812.781-34), pregoeira; Ana Paula do Carmo Silva (CPF nº 940.482.821-15), membro da equipe de apoio; Cleidiana Honório Ribeiro (CPF nº 015.600.311-23), membro da equipe de apoio.

4. Origem: Município de Colinas do Tocantins – TO

5. Entidade: Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins – TO

6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO

7. Representante do MP: Procurador de Contas Oziel Pereira dos Santos

8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: CONTRATOS N. 02/2017 E 059/2017, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. NÃO ENVIO DAS INFORMAÇÕES JUNTO AO SICAP-LCO. MULTA. ELEMENTOS CONCRETOS SOBRE A OCORRÊNCIA DE PREJUÍZOS AO ERÁRIO MUNICIPAL. INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, NOS TERMOS DO ART. 74, III, DA LEI N. 1.284/2001 E ART. 3º, IV, E 12, CAPUT, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2003. 1. O não encaminhamento tempestivo das documentações referentes às licitações que serão realizadas, os casos de dispensa e inexigibilidade, bem como os dados do contrato, junto ao SICAP-LCO, por meio eletrônico, viola o art. 2º, da Instrução Normativa TCE/TO nº 03, de 20 de setembro de 2017, e enseja a aplicação de multa, nos termos do seu art. 11. 2. A decisão que determina a instauração de tomada de contas especial tem natureza preliminar, sem caráter punitivo, e se justifica diante de fatos que apontem elementos concretos acerca da existência de danos ao erário, em virtude das irregularidades apontadas.

9. DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 13427/2017, versando sobre a análise do Pregão Presencial nº 005/2017, promovido pela Prefeitura de Colinas – TO, cujo objeto compreende o registro de preços para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana, consistente na varrição de ruas manual e mecanizada de vias e logradouros públicos, coleta de resíduos residenciais na cidade de Colinas do Tocantins.

Considerando a competência deste Tribunal de Contas para apreciar e julgar licitações e contratos administrativos, nos termos do art. 110, da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c art. 93, do Regimento Interno desta Corte; e

Considerando a existência de elementos que apontam a ocorrência de desfalque ao erário municipal, em vista do superfaturamento nos quantitativos referentes à execução dos contratos firmados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Considerando a pertinência da proposta de encaminhamento elaborada pela Coordenadoria de Controle de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, bem como a conclusão nos pareceres dos representantes do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público junto a este Tribunal.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. **Aplicar** ao senhor Adriano Rabelo da Silva, prefeito, a multa prevista no art. 39, IV, da Lei nº 1.284/2001, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pelo não encaminhamento tempestivo dos dados e documentações, junto ao SICAP-LCO, referente aos Contratos nº 02 e 059/2017, e Pregão Presencial nº 005/2017, em dissonância ao disposto na Instrução Normativa TCE/TO nº 3, de 20 de setembro de 2017, bem como diante da omissão quanto ao cumprimento da diligência determinada pelo Despacho nº 130/2018.

9.2. Fixe, nos termos do art. 83, §1º, RITCE/TO, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para que os responsáveis comprovem perante o Tribunal, o recolhimento da multa à conta do Fundo de Aperfeiçoamento e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas, nos termos dos arts. 167, 168, III e 169, da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 83, §3º, do RITCE/TO, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados na forma prevista na legislação em vigor.

9.3. Autorize o parcelamento da multa, caso requerido, nos termos do art. 94, da Lei nº 1.284/2001 c/c art. 84, §1º, do Regimento Interno, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor.

9.4. Alerta aos responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 94, parágrafo único, da Lei nº 1.284/2001, c/c o art. 84, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. Autorize, desde logo, nos termos do art. 96, II, da Lei nº 1.284/2001, a cobrança judicial da dívida, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor.

9.6. Acolhendo sugestão da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, determinar a instauração de inspeção in loco, nos termos dos arts. 1º, VI, c/c art. 110, II, da LOTCE/TO e art. 129, III, do RITCE/TO, com relação à execução do contrato nº 02/2017, decorrente da Dispensa de Licitação, conforme portaria nº 002/2017, da Prefeitura de Colinas – TO, e contrato nº 059/2017, fruto do Pregão Presencial nº 005/2017, os quais apresentam potencial prejuízo ao erário, sobretudo diante da omissão dos responsáveis, uma vez intimados, na apresentação dos documentos pertinentes.

9.7. Com base no art. 74, inciso III, da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c art. 63, §2º, inciso II e art. 65, incisos II e III do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, **determinar** à Coordenadoria de Protocolo Geral:

9.8. A conversão da presente fiscalização em processo de tomada de contas especial, com fundamento no art. 3º, IV e 12, caput da Instrução Normativa nº 14/2003, devendo autuar processo específico para esse fim, ao qual será apensado este processo, com os elementos relativos a irregularidade constatada nos itens 10.11, 10.15 e 10.21 do presente Voto, a partir da reprodução de cópias integral do Parecer nº 12/2018, da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, bem como dos anexos das peças (PDFs) destes autos, constantes do evento nº 1, notificando os responsáveis e interessados de que a matéria será apreciada pelo Tribunal doravante no apartado a ser constituído.

9.9. A instauração, em apartado, do processo de tomada de contas especial faz face às evidências concretas da ocorrência de severos prejuízos aos cofres municipais, em vista



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

do superfaturamento dos quantitativos medidos e pagos na execução dos contratos nº 002/2017 e 059/2017, bem como a necessidade de robustecer a cognição acerca dos fatos, os quais foram objeto de análise apenas com fulcro nas notas fiscais referentes ao período de novembro de 2017 a julho de 2018 (período disponível na base de dados do SICAP-LCO), porquanto resta evidente a potencialidade de maiores danos, caso seja considerado todo o interregno dos contratos mencionados.

9.10. Portanto, será novamente oportunizada a abertura do contraditório e da ampla defesa, de forma a permitir avaliação mais rigorosa da participação de cada responsável pela prática das irregularidades apontadas pela equipe técnica e, por consequência, examinar-se-á a individualização das condutas.

9.11. Fazer constar, no processo de tomada de contas especial, o seguinte rol de responsáveis, conforme condutas descritas no parecer nº 12/2018:

1. Quanto ao superfaturamento nos quantitativos do serviço de coleta de lixo:

Período	Responsável	CPF/CNPJ	Cargo	Prejuízo imputado (R\$)
nov/2017 a jul/2018	Jair Alves da Costa	454.692.451-87	Diretor de Arborização, Jardinagem e Limpeza Urbana (Portaria 76/2017)	282.741,70
dez/2017 a jul/2018	Rafael Alves Cominetti	878.506.561-72	Secretário de Infraestrutura (Portaria 010/2017)	246.306,36
dez/2017	Raphael Rodrigues Solano	037.948.841-83	Eng. Civil da Prefeitura	109.153,21
dez/2017 fev/2018 jul/2018.	Nélia Brianna C. Funes Sousa	995.891.921-49	Técnica de Controle Interno.	112.943,40
mar/2018 abr/2018 mai/2018 jun/2018	Paulo Roberto A.A. da Cunha	021.208.561-17	Controlador Interno	133.362,96
nov/2017 a jul/2018	Brasil Construtora e Serviços Ltda.	05.615.719/0001-50	Empresa Contratada para executar o contrato.	282.741,70
nov/2017 a jul/2018	Adriano Rabelo da Silva	450.368.101-04	Prefeito	282.741,70

2. Quanto ao superfaturamento nos quantitativos dos serviços de varrição:

Período	Responsável	CPF/CNPJ	Cargo	Prejuízo imputado (R\$)
nov/2017 a jul/2018	Jair Alves da Costa	454.692.451-87	Diretor de Arborização, Jardinagem e Limpeza Urbana (Portaria 76/2017)	323.307,35
dez/2017 a jul/2018	Rafael Alves Cominetti	878.506.561-72	Secretário de Infraestrutura (Portaria 010/2017)	291.019,65
dez/2017	Raphael Rodrigues Solano	037.948.841-83	Eng. Civil da Prefeitura	114.196,35
dez/2017	Nélia Brianna C.	995.891.921-49	Técnica de Controle	127.611,61



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

fev/2018 jul/2018.	Funes Sousa		Interno.	
mar/2018 abr/2018 mai/2018 jun/2018	Paulo Roberto A.A. da Cunha	021.208.561-17	Controlador Interno	151.087,88
nov/2017 a jul/2018	Brasil Construtora e Serviços Ltda.	05.615.719/0001-50	Empresa Contratada para executar o contrato.	323.307,35
nov/2017 a jul/2018	Adriano Rabelo da Silva	450.368.101-04	Prefeito	323.307,35

3. Superfaturamento nos quantitativos do serviço de pintura de meio fio:

Período	Responsável	CPF/CNPJ	Cargo	Prejuízo imputado (R\$)
nov/2017 a jul/2018	Jair Alves da Costa	454.692.451-87	Diretor de Arborização, Jardinagem e Limpeza Urbana (Portaria 76/2017)	36.594,62
dez/2017 a jul/2018	Rafael Alves Cominetti	878.506.561-72	Secretário de Infraestrutura (Portaria 010/2017)	31.178,33
dez/2017	Raphael Rodrigues Solano	037.948.841-83	Eng. Civil da Prefeitura	5.408,94
dez/2017 fev/2018 jul/2018.	Nélia Brianna C. Funes Sousa	995.891.921-49	Técnica de Controle Interno.	16.239,42
mar/2018 abr/2018 mai/2018 jun/2018	Paulo Roberto A.A. da Cunha	021.208.561-17	Controlador Interno	20.355,20
nov/2017 a jul/2018	Brasil Construtora e Serviços Ltda.	05.615.719/0001-50	Empresa Contratada para executar o contrato.	36.594,62
nov/2017 a jul/2018	Adriano Rabelo da Silva	450.368.101-04	Prefeito	36.594,62

9.12. Determinar a tramitação conjunta dos processos referentes à inspeção e à tomada de contas especial, por conexão, haja vista a dependência havida entre o resultado da inspeção e a instrução do processo, no levantamento dos possíveis danos ao erário.

9.13. Remeta, nos termos do art. 92, §2º, III c/c art. 104, §6º, do Regimento Interno, cópia da deliberação que vier a ser proferida, acompanhada do respectivo relatório e proposta de deliberação, ao Ministério Público Estadual e à Delegacia de Repressão a Crimes de Maior Potencial Contra a Administração Pública (DRACMA), para providências que entende cabíveis no âmbito de sua atuação.

9.14. Determine à Secretaria do Pleno que:

- a) Proceda a publicação desta decisão no Boletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos do art. 274 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c art. 341, §3º, do Regimento Interno desta Corte e art. 5º, da Instrução Normativa nº 001/2012, a fim de que surta os efeitos legais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

- b) Dê ciência desta deliberação, do Relatório e Voto que a fundamentam, bem como do Parecer nº 12/2018, à Prefeitura Municipal de Colinas – TO.
- c) Dê ciência desta Decisão, do Relatório e Voto que a fundamentam aos responsáveis, esclarecendo-os que o prazo recursal inicia-se com a publicação da decisão no Boletim Oficial deste Tribunal;
- d) Dê ciência desta Decisão à Presidência deste Tribunal de Contas para emissão de Portaria designando servidores para realização da inspeção, pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia.

9.15. Após o atendimento das determinações supra, remeter os presentes autos à Coordenadoria de Protocolo Geral, para que, além das providências de costume, adote as seguintes medidas;

- a) Autue a tomada de contas especial determinada no item acima;
- b) Encaminhe estes autos à Coordenadoria do Cartório de Contas para adoção das providências de sua alçada à cobrança da multa aplicada.
- c) Encaminhe a Tomada de Contas Especial mencionada no item anterior à Coordenadoria de Controle de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia para instrução processual e formulação de proposta de encaminhamento que entender cabível.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado,
aos dias, do mês de de 2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

SEVERIANO JOSE COSTANDRADE DE AGUIAR - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO PRESIDENTE - Matrícula: 240032

Código de Autenticação: 0cfbfbf61dbf71000e0ce65245b86ec - 20/03/2019 15:21:27

DORIS TEREZINHA PINTO CORDEIRO M COUTINHO - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matrícula: 239011

Código de Autenticação: bb2556bd109333a8852da206358d8896 - 20/03/2019 15:08:11

MARCIO FERREIRA BRITO - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matrícula: 239908

Código de Autenticação: 6ec7033595c302c9a739ca90a6113a8c - 20/03/2019 15:21:53